
PANAMÁ – GAC: Visão geral das GDPR
Segunda-feira, 25 de junho de 2018 – 11h a 12h EST
ICANN62 | Cidade do Panamá, Panamá

MANAL ISMAIL:

Muito obrigada. Novamente vamos falar agora sobre GDPR. A idéia era ter uns slides. Espero que os colegas tenham participado na área web feito antes da reunião no Panamá e tentaremos que todos estejamos na mesma página. Não sei se podemos compartilhar os objetivos da sessão para que todos saibam qual é o ponto de partida do debate. Espero também terem presente qualquer pergunta que queiram compartilhar com a Diretoria da ICANN. Vamos nos reunir com eles das 10:00 às 11:00 na quarta-feira. Também temos uma reunião bilateral com o GNSO na terça-feira. Sendo possível teríamos que identificar quais são os consensos que tem aqui para poder compartilhar com a Diretoria na reunião bilateral e também nas sessões que vão se desenvolver amanhã -- nas que sejam comunitárias. Qualquer mensagem vai nos ajudar a redigir o assessoramento do GAC. Vamos então avançar.

Aqui temos os princípios mais gerais. O GAC quer manter o WHOIS com maior escopo possível cumprindo com o GDPR. Para os membros novos, o GDPR é o Regulamento Geral de

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Proteção de Dados cujo objetivo é manter a privacidade dos dados e tem o seu efeito sobre o WHOIS -- quais dados serão públicos, quais vão se manter fora do âmbito público, quem pode ter acesso a esses dados que não são públicos, etc.

O GAC também está preocupado com o que tem a ver com o acesso aos dados não públicos relacionados com o acesso eficaz; isso inclui os organismos encarregados da proteção da lei, proteção dos consumidores, delitos cibernéticos e propriedade intelectual. O GAC quer ver que exista uma publicação de dados de contato mínimo que permita a possibilidade de fazer contato e uma referência cruzada dos registros por parte dos registratários. Também a disponibilidade da informação contratual para as autoridades jurídicas e ainda enfrentar as necessidades jurídicas específicas que tem as autoridades. O que pode ser confidencialidade e os volumes de consulta. Tendo dito isso, por favor, vamos avançar.

Identificamos três áreas, ou módulos diferentes, para a discussão. O primeiro tem a ver com a especificação temporária contratual da ICANN. Vão escutar falar de Temp. Spec. na apresentação e também vão ler o modelo de acesso unificado para um acesso contínuo. Os dados completos do WHOIS. Esse é um rascunho que apresentou o GAC para ser discutido, é uma proposta. Os governos têm um papel; precisamos debater, discutir e receber os comentários de vocês.

E, finalmente, o que é o novo processo de desenvolvimento de políticas expeditivas da GNSO -- que chamamos de PDP -- que é o processo pelo qual se substituiria a classificação temporária e isso seria parte de uma política por consenso. O prazo para desenvolvê-lo é de 1 ano. Vou passar a palavra para a Cathrin ou para a Laureen.

LAUREEN KAPIN:

É um dos co-presidentes do Grupo de Trabalho de Segurança Pública com o que aconteceu hoje de manhã acho que estamos nessas siglas horrorosas: Temp. Spec., GDPR, PDP, bom... Acho que vou ter um momento para tentar aprofundar sobre em que ponto estamos. Como existe um regulamento novo sobre privacidade na União Europeia, existe uma mudança em como se dará a informação ao público, ao público que está no WHOIS. Os que estão nesse momento estão sob a proteção da Especificação Temporária. Por que temporária? Temporária é a palavra-chave porque o Estatuto da ICANN diz que se não existe um processo formal e se faz as coisas de maneira emergencial, que é basicamente o que aconteceu nesse caso, só pode existir mudanças no contrato de maneira temporária. Isso quer dizer que é necessário um processo da comunidade para que essas mudanças sejam permanentes. Qual é o processo? É o processo que chamamos de Processo de Desenvolvimento Políticas Expeditivo. Parte desse Processo de Desenvolvimento de

Políticas Expeditivos, entre todos os temas que vão entrar nesse processo, além de como vai se gerenciar a informação do WHOIS para que se cumpra o que pedem as autoridades e os usuários e se cumpra o que tem a ver com as leis de privacidade de dados, nos colocam como os usuários legítimos poderão acessar os dados que não são públicos e onde isso vai estar disponível. Vai estar nesse modelo de acesso. Outra frase que vamos utilizar é modelo de habilitação. Há muitos jargões utilizados aqui e temos de ver qual é o significado de cada um.

MANAL ISMAIL:

Quer dizer que depois de cada um desses módulos vamos ter perguntas para fazer um 'brainstorming' e, no final, vamos receber as perguntas propostas para os palestrantes ou que vai ser falado durante a sessão intercomunitária de amanhã. Com essas perguntas vamos manter o debate e a interação para gerar um resultado específico.

Kavouss, por favor.

KAVOUSS ARASTEH:

Sim, nós sabemos que as pessoas [incompreensível] e Cathrin conhecem muito e pediria que, por favor, fizessem os recessos necessários de cada ponto para que as pessoas possam refletir e fazer as perguntas, pois caso contrário, a pessoa por conhecer

muito sobre o assunto pode falar meia hora, uma hora sem parar, pois realmente tem muita energia e muita dinâmica, mas é muito difícil digerir e entender tudo o que é dito, por isso, por favor, Cathrin, nem todos somos tão inteligentes. Por isso peço que faça a gentileza de falar devagar e que apresente os pontos principais aos quais o GAC precisa dar atenção porquê esse PDP, se todo mundo falar, se fala daqui a um ano, se fala em mágica, então, por favor, tenha paciência.

MANAL ISMAIL:

Sim, dividimos a apresentação nos três módulos. Vamos fazer um recesso após cada módulo apresentado por pessoas diferentes para ter essa interação.

CATHRIN BAUER BULST:

Muito obrigada a todos. Muito obrigada, Kavouss, por esse lembrete. São temas muito complexos com os quais temos de ter muito cuidado.

Peço que passe para o próximo slide. Como disse a Manal, vamos entrar em maiores detalhes sobre cada um desses três módulos que identificamos.

Em primeiro lugar a especificação temporária, depois o que tem a ver com o modelo de acesso unificado, e depois, com o PDP. Em cada uma dessas imagens vamos fazer um debate. A idéia

também é preparar esse debate com a GNSO e com a Diretoria. Essa será uma oportunidade para que possamos analisar cada um desses pontos com maiores detalhes. Se eu avançar muito rapidamente, por favor, levantem a mão para que eu fale mais devagar.

Quando falamos nas especificações temporárias, aconteceu muito na última reunião que fizemos em San Juan e adotamos o assessoramento do GAC, o mais importante é que a Diretoria da ICANN adotou um grupo de especificações temporárias sobre como será manejado o WHOIS. Essas especificações temporárias dentro do processo impõem novas exigências temporárias nos contratos orientados aos registradores e registratários. Essas especificações modificam uma política desenvolvida para a comunidade do WHOIS, mas de forma temporária para todos os registros e registradores. Peço desculpas, pois antes cometi um erro. O que acontece é que quando a Diretoria adota essas especificações também adotou uma resolução e decidiu diferir as ações sobre diferentes pontos da assessoria do GAC. Em algum momento vamos falar desse conteúdo, mas, tenho de dizer que há diferentes partes da assessoria que não foram levadas em consideração na especificação temporária. A forma pela qual trabalha essa modificação temporária é o mecanismo de emergência. Como disse a Laureen, é válido apenas por 90 dias, ou seja, apenas por

3 meses. Ao término desses 90 dias, se a Diretoria quiser que essas especificações temporárias continuem em vigor, podem prorrogar por outro período de 90 dias com até três prorrogações possíveis. Com isso chegamos a um ano completo de especificações temporárias vigentes.

Cada um dos pontos que prorroga a especificação temporária, a Diretoria pode modificar as especificações atuais ou escolher novas. Ou seja, a cada 90 dias a Diretoria tem de tomar uma decisão: continuamos com essas? as modificamos? ou as modificamos e adotamos um novo grupo de orientações temporárias. Isso tem a ver com o processo.

Passo agora ao conteúdo dessas especificações. Permitam-me primeiro falar do que contém cada uma delas. Elas contêm uma série de obrigações para os registros e registradores a respeito de como devem ser tratados os dados do WHOIS. O que é mais importante para nós é reduzir a quantidade de dados que estão disponibilizados no WHOIS para um número menor de dados. Especialmente em relação às informações dos registratários. Também obriga as partes sob contrato a continuar reunindo todos os dados completos, apesar de que os dados não sejam publicados. Todos os registradores devem reunir esses dados que são transmitidos a todos os registros. Essas são as obrigações que estabelece a especificação temporária. Também obriga as partes sob contrato a avançar para uma nova forma de

manejar os dados o WHOIS com um novo protocolo chamado RDAP que vai permitir acessos a diferentes níveis para os dados que não estão publicamente disponíveis.

O protocolo poderia dar suporte sobre as normas de habilitações para o acesso de dados não publicados. Pelo aspecto técnico isso é uma questão importante, pois significa que é uma funcionalidade estabelecida que eventualmente poderia facilitar o acesso aos dados não publicados de forma uniforme às partes sob contrato. Isso é o que contém. Há outros aspectos, mas me ateno aos que considero mais importantes.

Passo agora àquilo que não está previsto na especificação temporária. Em especial há vários pontos para o GAC que identificamos na comunidade de San Juan como pontos de importância específica que não foram incluídos, e, sim, que estão incluídos num anexo específico da especificação temporária como questões que ainda devem ser tratadas pela comunidade sem especificar como vão ser tratadas. Em especial, o que não está incluído, tem a ver com como obter acesso aos dados que não são públicos. A especificação inclui apenas uma linha que diz que as partes sob contrato devem oferecer um acesso razoável, mas não chega a outros detalhes. Assim, cada uma das partes sob contrato, que superam 2300 deve determinar como vão outorgar esse acesso razoável a quem, para que fim, etc. e tal. Tudo isso não está incluído. A

especificação temporária também não distingue entre pessoa física e pessoa jurídica. É só a respeito do que já está disponível. Não trata das diferentes necessidades dos diferentes organismos da aplicação da lei, especialmente quando se trata de questões ligadas à confidencialidade das consultas e ao volume dessas consultas. Se acha que exista a possibilidade de fazer uma grande quantidade de solicitações para esses órgãos de aplicação da lei.

Passamos agora ao impacto que isso tem nas questões de interesse público saindo um pouco do conteúdo. Há diferentes impactos e eu quero destacar dois para que os senhores considerem. O primeiro, o acesso aos dados não públicos está sujeito a uma decisão individual por parte do registro ou registrador individual com respeito a se outorga ou não o acesso a esses dados, com que canal vai trabalhar e que requisitos vai solicitar para cumprir para permitir esse acesso. Então agora é necessário um indivíduo que faça a solicitação e que outorgue tudo o que pede essa parte sobre contrato.

LAUREEN KAPIN:

O que nós escutamos dos colegas das entidades de aplicação da lei é que quando alguém tenta procurar essa informação o que a pessoa vê é uma informação que está ali reduzida por questões de privacidade. Se eu entro em um website que tem uma

conduta maliciosa e quero saber quem está por trás desse website, procuro a informação no WHOIS e vejo que está reduzida por uma questão de privacidade. O que escuto dizerem muito colegas das organizações da aplicação da lei é que as pessoas não sabem que há oficiais de polícia que estão investigando delitos ou que não sabem que é possível solicitar essa informação e nem que a quem isso pode ser solicitado. Um dos temas que vai ser uma grande questão a ser discutida é como essa política vai ter impacto. Um dos argumentos é que como não houve porque nem sequer há muitas solicitações. Isso, na verdade, não é suficiente como um argumento, pois, na verdade, há outros motivos pelos quais não se está recebendo as solicitações. Um deles, em primeiro lugar, é porque aqueles que estão fazendo as pesquisas nem sabem que podem fazer uma solicitação e, em segundo lugar, não sabem a quem apresentar essa solicitação de 2300 registros e registradores existentes. Portanto, o que temos aqui é um vazio de falta de informações com respeito a como se pode acessar essas informações chave, seja que é possível acessar a informação e a quem pedir o acesso a essas informações.

CATHRIN BAUER BULST: Muito obrigada, Lauren.

O segundo ponto aqui indica que quando os organismos de aplicação da lei identificam a quem podem apresentar essa solicitação, há diferentes desafios que surgem em função da falta de confidencialidade nessa solicitação e na possibilidade que existam alguma limitação quanto ao número de consultas, pois precisa fazer uma solicitação escrita, como se fosse uma consulta, mas também há uma limitação natural com respeito ao que podem processos o registrador e o registro com respeito a revisão dessas consultas individuais.

Agora quero dar alguns minutos para que o GAC tenha o debate sobre essas especificações temporárias e que propomos discutir dois assuntos, por uma parte a assessoria do GAC, se estamos de acordo com o que aconteceu com esse assessoramento (isso já vamos apresentar daqui a pouco) e, em segundo lugar tem a ver com a estratégia: o que fazemos agora no GAC perante essas especificações temporárias. Tomamos outras ações, temos de dar um novo assessoramento, mas [incompreensível] refletir as nossas preocupações em relação a essas especificações temporárias. Uma pergunta que podemos fazer à Diretoria da ICANN é se a Diretoria tem a intenção de considerar essas partes da assessoria que já foram diferidas. Também queremos falar com assessor de especificações temporárias e algumas perguntas possíveis que poderíamos apresentar ao GNSO e à Diretoria em especial e ela tem a ver com quais são os planos

para trabalhar com essa especificação temporária. Vamos ter um plano fixo durante o ano ou vamos ver mudanças a cada 90 dias, ou vão fazer uma mudança, atualização. Aparecerão especificações temporárias adicionais. Seria muito interessante saber antecipadamente qual é o plano, projeto e agenda quanto a essas especificações temporárias bem assim as partes que faltam que tem a ver com o acesso e a habilitação.

Proponho também fazermos uma pergunta ao GNSO com respeito a sua avaliação da especificação temporária e o vínculo com o processo expeditivo que vamos falar daqui a pouco. Nessa instância, talvez, teria de fazer um recesso e apresentar um [incompreensível] que reflete a assessoria do GAC.

MANAL ISMAIL:

Cathrin, se me permite, enquanto vão procurando essa informação para apresentar na tela, trazer um pouco de contexto sobre o que fizemos no assessoramento do GAC. Nessa reunião colocamos dez pontos no assessoramento do GAC. Seis deles foram aceitos e quatro foram questionados pelo tempo no qual foi apresentado, pois nós pedimos algumas respostas específicas que não estão refletidas atualmente nessa especificação temporária. Acordamos com a Diretoria que esses quatro pontos teriam uma resposta e que a Diretoria iria adiar a

decisão o que tem a ver com esses quatro pontos da assessoria do GAC como está projetado aqui na tela.

Esses quatro pontos sobre os quais a Diretoria adiou sua decisão são [incompreensível]. Temos de ver como temos podemos implementar o acompanhamento desse anexo para que a assessoria do GAC fique plenamente refletida.

LAUREEN KAPIN:

Para complementar como já estão identificados esses três módulos anteriores, os modelos dessas especificações temporárias e também o processo expeditivo de desenvolvimento de políticas, não fica claro nesses três módulos se encaixa isso com o que foi dado na assessoria do GAC. O que nós propomos é fazer um recesso aqui e ver se há perguntas com respeito ao que eu disse aqui e se há alguma contribuição para discutir essas perguntas especialmente quando se trata de como podemos avançar com essas especificações.

KAVOUSS ARASTEH:

Esses quatro elementos da assessoria do GAC estão pendentes de decisão por parte da Diretoria, não é assim? Os senhores acham que devemos fazer uma nova ênfase sobre esses quatro pontos? Precisamos tomar alguma ação? Temos de examinar

com cuidado os motivos apresentados pela Diretoria quando diz que nesse instante não estão em condições de aceitar esses pontos porque se pressionarmos e postergamos essas decisões quais seriam os fundamentos? Quero destacar que talvez não tenha sentido pressionar para conseguir a mesma resposta. Precisamos tempo para ver os dados. Esse seria um dos comentários que eu gostaria de fazer.

Em com essa extensão prorrogada em três vezes por 90 dias chegando em 1 ano no total, talvez tenhamos uma resposta depois dizendo que temos de passar a um PDP. Infelizmente esse período do PDP coincide com o período dos procedimentos posteriores à introdução dos novos gTLDs com o relatório progressivo ou como muitos chamam, com o relatório preliminar. Ao mesmo tempo há outros temas com os quais o GAC tem de trabalhar. O GAC vai estar muito ocupado. Por isso para nós pode vir a ser muito difícil selecionar quais são as prioridades. Para nós o GDPR é um tema de máxima prioridade, mas, por outra parte, nós também temos que ver esse tema e ver se esse tema pode ser prorrogado por mais um ano e essa especificação temporária pode estar em vigor por mais um ano. Caso contrário temos de selecionar ou dar assessoria e dizer que esta é a prioridade número um para nós, temo de organizar o nosso trabalho.

É o que quero perguntar. Os senhores acham que devemos prestar mais assessoramento? E caso seja assim, como e por quê?

JORGE CANCIO:

É mais um comentário do que uma pergunta. Estamos falando desses três módulos que aparecem no slide número 3 sobre a especificação temporária no modelo do EPDP e dois desses três módulos tem dois canais. Especificação Temporária e o EPDP são na verdade canais em si através dos quais podem se inserir modificações de habilitações no sistema de habilitação. Com respeito a esse último ponto de acesso e habilitação, o modelo, acho, é o assunto mais urgente que temos de resolver desses quatro pontos que ficaram pendentes na assessoria do GAC. Portanto, acho que esse ponto é importante e parte do nosso debate deveria se centrar em determinar como ou onde concentrar melhor nossos esforços. É claro que temos essa proposta da ICANN como organização, mas também temos de decidir se vamos canalizar essa discussão através de uma primeira modificação dessa especificação temporária e trabalharemos em mais longo prazo de forma paralela, se é que podemos chamar 1 ano como sendo longo prazo, trabalhando no PDP. Por enquanto esse é o meu comentário. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL:

Quero refletir sobre o que foi dito aqui. Pessoalmente concordo com o que disse Kavouss sobre esses quatro fragmentos do GAC. Acho que temos de falar mais a respeito da sua implementação. Devemos concentrar nossos esforços em garantir que eles implementem o tema, ou seja, solucionar o tema de não termos mais clareza, infelizmente teremos de participar dos dois processos: o EPDP e a especificação temporária, mas também devemos pensar num modelo de acesso unificado, pois proponho um papel para o GAC. É muito importante que seja dada atenção a isso.

Agora, a pergunta como é integrado isso tudo? Essa é uma pergunta que devemos formular e colocar apresentando nossas questões. Cathrin?

CATHRIN BAUER BULST:

Muito obrigada. Acho que isso é muito sensato. Algo mais que deve ser abordado, pois há ainda muitas perguntas com relação ao EPDP e como esse modelo de acesso unificado vai avançar. Talvez seja melhor tentarmos determinar como para onde vão se dirigir essas conversas, pois ainda não está bem definido para o EPDP, mas acho que está certo (ao menos da perspectiva dos EUA) achar os meios de acesso para fins legítimos. Isso é muito importante para resolver no curto prazo, e não no longo prazo. Nos levou uns 12 anos para chegar a um acordo em relação a

esse processo do EPDP então agora vamos precisar de mais tempo para implementa-lo. Temos perguntas que tem a ver com a confidencialidade das solicitações e também a preocupação com os aspectos legais quanto à pessoa física e jurídica, quanto ao e-mail e se podemos aprender de outras experiências de outros lugares da Europa, talvez poderemos encontrar uma base na informação que temos uma informação sobre como vai proceder o EPDP e depois conversar sobre o modelo de acesso. Para achar o lugar adequado, para passar as nossas preocupações que perduram desde o comunicado de Porto Rico.

MANAL ISMAIL:

Cathrin, quer responder? Estou pensando no tempo. Acho que já estamos chegando ao modelo de acesso unificado e ao EPDP.

CATHRIN BAUER BULST:

Sim. Acho que o que expressaram é algo que pode ir surgindo como uma opinião de consenso no GAC. É claro que temos um grupo de tarefas de ação que se criou dentro do GAC para poder manter o GAC informado nesse ano e acho que isso pode entrar no próximo módulo. Passo a palavra para Lauren.

LAUREEN KAPIN: Agora vamos falar sobre o próximo módulo que é o módulo de acesso unificado.

MANAL ISMAIL: Queria comentar algo com relação ao que disse os Estados Unidos. É muito importante para o GAC ter tudo o que solicitamos tão logo quanto possível. Quanto mais rápido possamos dar essa contribuição mais rápido teremos resultados. Portanto, eu acho que a velocidade com a qual se propôs essa documentação preliminar é algo que recebemos com agrado. A proposta do modelo de acesso unificado foi publicada antes da reunião que estamos fazendo aqui. Espero que todos tenham tido a possibilidade de ler -- de maneira superficial ou exaustiva. Vou começar falando sobre outros acontecimentos.

A comunidade da ICANN esteve ativa vendo os modelos. Temos o modelo de acreditação ou habilitação, o acesso da unidade constitutiva de negócios e da unidade constitutiva intelectual. Também um assessoramento do RSAC que tem a ver com o modelo de acreditação/habilitação para o acesso contínuo aos dados completos do WHOIS (isso foi publicado em 18 de junho) e estabelece uma série de questões centrais para dar um âmbito, um contexto às deliberações. Inclui uma comparação

entre a estrutura proposta e o modelo que propôs a comunidade.

O modelo de acesso unificado tem como objetivo fornecer acesso às autoridades aos organismos envolvidos com a proteção da lei e também há outros que são privados que tem relação com os códigos de conduta. Esse debate inclui os requisitos para a acreditação, os detalhes para autenticar os usuários e o acesso, alcance, escopo dos dados disponíveis e também do que tem a ver com a transparência e o registro dos códigos de conduta. A forma de avançar que foi proposta é de primeiro um debate entre a comunidade, depois chegar ao Comitê Europeu de Proteção de Dados para gerar essa segurança jurídica e o passo final seria finalizar o relatório. Nós tentamos mostrar qual é o papel proposto para os governos. Para isso eu insto a todos vocês que leiam o documento. A palavra para bem de nossas deliberações. Acho que a ICANN pode apresentar a proposta, se for necessária, acho que poderíamos fazê-lo quarta-feira de manhã e temos tempo para isso.

Rapidamente veremos qual é o papel proposto para os governos. Primeiro, identificar e categorizar quais são os grupos de usuários elegíveis. A idéia seria que os governos do GAC e a área econômica europeia façam esse trabalho de identificar os grupos escolhíveis específicos. A proposta que faço à ICANN e

aos governos através da ALAC [e do] GAC e também determinar quais os requisitos para os organismos encarregados para a aplicação da lei nas jurisdições nacionais. Cada um dos governos deve fazer de modo individual e também determinar os requisitos para autenticação global para as autoridades encarregadas da aplicação da lei em conformidade com os quadros jurídicos aplicáveis. Potencialmente isso poderia ser um papel para a Europol e para a Interpol e identificar quais são os organismos pertinentes dentro de um grupo de usuários elegíveis. Nesse caso o que propõe a ICANN é fazê-lo, mas em consulta com o GAC e, se o GAC não puder fazê-lo, então a ICANN poderia trabalhar com a comunidade global sobre o tema. Finalmente, para os terceiros que tenham interesse legítimo, desenvolver uma [incompreensível] de proteção comuns aplicáveis a todos os códigos de conduta. Isso também é algo que propõe fazer a ICANN em consulta com o GAC e com o Comitê Europeu de Procedimentos.

Eu acho que é importante então o papel proposto aos governos. Retira-lo do documento, mas que hoje ou amanhã possamos continuar com as deliberações até quarta-feira. Os elementos chave da proposta da ICANN que são coisas que o GAC tem de ter presente é o papel dos governos e do GAC, obviamente, dentro da nossa proposta e também o que tem a ver com o acesso baseado na conduta dos dados que não é congruente

com a assessoria do GAC tal como apontou Cathrin antes. Também requisitos para registrar todas essas condutas que podem comprometer a confidencialidade das consultas. Essas são palavras chaves para lançar um 'brainstorm' e gerar perguntas concretas para dizer qual é o processo que vai ser utilizado para desenvolver e implementar o modelo. Qual é o processo em si mesmo. Vamos fazer uma espécie de [incompreensível], vamos fazer uma espécie de especificação temporária ou um outro processo, um PDP. E também de que maneira a GNSO vê esse modelo de acesso modificado como tem relação com a modificação temporária e o PDP. Como disse antes, o tema mais importante é qual a forma mais eficaz para que o GAC comunique esses pontos de vista -- seja qual for o processo para o modelo unificado e para o processo expeditivo de desenvolvimento de políticas. Por definição, como diz o seu nome, isso será muito rápido, então realmente devemos fazer nossas contribuições rapidamente também. Vou fazer uma pausa, pois dissemos que faríamos uma pausa depois de cada módulo para ver se existe alguma pergunta ou reação. Kavouss, por favor.

KAVOUSS ARASTEH, IRÃ: Muito obrigado. Acho que talvez seja a minha visão e a do meu país, temos já certas deficiências no PDP. Quando falamos do EPDP vamos ter mais deficiências. Há muitas prioridades antes

que nós ... uma que foi falada tem a ver com os nomes geográficos, a outra prioridade são esses procedimentos posteriores à implementação dos novos gTLDs. Depois temos de responder a área de trabalho 2 do CCWG sobre responsabilidade porque nos dizem que temos de dar uma resposta nessa semana (não sei se é possível com o GAC) e agora temos esse EPDP sobre as especificações temporárias. Não podemos fazer mágica. Temos recursos limitados. Não é que não queiramos trabalhar, mas temos uma limitação porque devemos consultar muitas equipes, organizações dentro dos países, o que podemos fazer de modo que, Cathrin, me desculpe, mas não estou muito convicto do porquê não podemos trabalhar continuar com esse arranjo temporário, pois esperamos meses e meses e agora temos essa pressão. Parece que tudo deve ser feito já. É algo que nós realmente não queremos continuar. O que se faz rápido, se faz errado. Rápido e bem não é afim. Principalmente o que tem a ver com a confidencialidade dos organismos de proteção da lei. Acho que estamos recebendo pressões de todas as direções. Podemos fazê-lo até determinado ponto. Talvez não estejamos prontos para ter um EPDP em até um ano ou pressionar todo mundo dentro do GAC para que sejam mais ativos. Na verdade, isso não é possível. Eu acho que na Europa ninguém está pronto para começar a trabalhar às duas da manhã. Todo mundo tem problemas, então começamos às 08:00 da manhã, é um dia longo e à noite, no momento do jantar

com a família (temos famílias), ... por favor, considerem as prioridades.

MANAL ISMAIL:

Acho que o ano é estabelecido pelo estatuto então surge daí esse período de um ano. É por isso que, como é temporário, em um ano deve ser finalizado. Acho que é um bom ponto para falar agora do EPDP e passar a palavra para a Laureen.

LAUREEN KAPIN:

Eu também vou ser rápida na minha apresentação. Também vou falar para aqueles que se sintam intimidados pelo modelo unificado. É apenas um documento de seis páginas, mas como há um papel crucial para os governos que aparece aqui incentivo a todos que leiam porque podem fazê-lo de maneira rápida. É um documento curto e também há muitos espaços em branco. Seis páginas com muitos espaços em branco.

No que tem a ver com o EPDP, esse é um tema que eu vou utilizar um vernáculo que tem a ver com como vamos desenvolver esse processo. Quem vai participar, e quando digo quem eu digo que grupo de partes interessadas, quantos membros de cada parte interessada, e também o alcance. Qual será o tema? Vai ser a especificação temporária? Vai confirmar essa designação específica ou confirmar esse modelo de

questões justificadas. Atualmente não temos nenhuma forma centralizada para que os terceiros usuários possam acessar essa informação (que não é pública). [Usuários como] oficiais da aplicação da lei, de proteção a ataques ao DDNS, ou seja, lá o que for, e que tenha a ver com propriedade intelectual. Não há um sistema centralizado então existe uma prioridade para que isso seja tratado assim que possível. Como existe esse EPDP que será um processo que se [incompreensível] assim que possível, uma das coisas das quais devemos refletir é se queremos tomar a posição de modelo de acesso, que só exista um modelo de habilitação [incompreensível]. O que eu apoio (como representante dos Estados Unidos) porque temos de trabalhar num prazo breve. Quando falamos desse tema isso é o que precisam saber. Vamos ter debates comunitários sobre ambos os casos: quem tem de participar e quais serão os objetos ou temas desse EPDP.

Desculpe, podemos passar ao slide anterior? Houve um grupo pequeno dentro do GAC que já esteve trabalhando, por isso nos adiantamos um pouco e alguns disseram "nós vamos participar nesse processo, vamos ajudar a formular o que são as visões ou opiniões e vamos comunicar ao GAC para ver se são opiniões de consenso para poder participar nesse processo". Portanto há um grupo pequeno que já está assumindo essa tarefa. Agora, sim, passemos ao próximo slide.

Aqui estão os temas para debate: qual deveria ser o papel do GAC? Sobre esse ponto eu gostaria de mencionar um dos temas chave que é "o GAC deveria ter um papel igual ao das outras partes interessadas?!" Há uma proposta que diz que alguns grupos, algumas partes interessadas podem ter três representantes e dois substitutos e agora o GAC está em situação semelhante porque aqui se fala apenas de um representante. Podemos dizer que isso não é justo. Se consideramos que não é o equilíbrio adequado, então podemos pedir uma coisa diferente. Que o GAC tenha equilíbrio com os grupos de partes interessadas da GNSO, pois, em termos gerais, esse tema do regulamento geral de proteção de dados tem a ver com a privacidade e manter a segurança pública, o que é a essência do tema de política pública. Na verdade, o GAC tem de tratar desses temas de política pública então é muito importante. O segundo, que já mencionei, tem a ver com o alcance. Se vamos ter esse processo expeditivos, o GAC, como já mencionou Kavouss, tem tantos outros interesses que se pensa que [há pressão] é porque vamos [incompreensível] o PDP com alcance. São muitos temas sensíveis que temos para tratar nesse tópico. O que tem a ver com a especificação temporária, aqui acho que estamos lidando com terceiros envolvidos e estamos falando de pessoas envolvidas com a proteção contra delitos cibernéticos, propriedade intelectual, e muitos outros que realmente precisam da informação que agora está oculta.

Precisamos tratar desses temas primeiro dentro desse processo. Temos também algumas perguntas para fazer à GNSO e também à Diretoria para saber o que pensam. Trata-se de um processo novo que não foi feito até agora e que como foi dito, temos de definir qual é o comentário ou [incompreensível] que vai fazer a comunidade e nós somos uma parte importante dessa comunidade. Temos um EPDP que precisa de um debate rápido.

Vou fazer um recesso para que os senhores tenham a oportunidade de ponderar todos esses temas.

MANAL ISMAIL: CTU, por favor.

NIGEL: Não ficou claro para mim. Isso será um PDP intercomunitário ou da GNSO? Onde está a parte expeditiva aqui?

MANAL ISMAIL: É um PDP da GNSO. E é expeditivo no sentido de que há alguns passos que não serão cumpridos para que o processo seja mais rápido. É como um PDP normal, um pouco mais rápido, apenas, pois pulam-se alguns passos. Continuo com o CTU e em seguida passo para abrir a ...

NIGEL: Como é um PDP da GNSO, existe algum antecedente para que outras comunidades peçam representação na GNSO e também quanta representação?

LAUREEN KAPIN: É a primeira vez que se trabalha assim, então eu acho que a porta fica aberta para que nós peçamos aquilo que considerarmos que cumpra com nosso melhor interesse dentro do processo singular que vai começar a tratar de um tema que foi um objeto de um grande debate dentro da comunidade dentro de um prazo limitado. É um processo singular ou especial e nós podemos pressionar para aquilo que pensamos ser um equilíbrio justo.

MANAL ISMAIL: Eu quero acrescentar alguma informação. Como disse Laureen, esse é um terreno desconhecido. Anteriormente não tivemos um PDP expeditivo. Acho que um PDP normal a participação é aberta, não há qualquer limitação aos números, à quantidade, e como esse vai ser expeditivo, a diretiva seria ter um Grupo de Trabalho menor para que as coisas funcionem mais rápido. Devo dizer que me disseram que fomos muito rápidos em propor cinco, pois estão realmente apenas debatendo e

ninguém propôs nada e nós queremos ser os mais rápidos, inclusive mais rápidos do que o PDP.

KAVOUSS ARASTEH, IRÃ: Sim, já tivemos algumas dificuldades com os PDP, mas também está anexo ao estatuto A1 e A2. Esse é o PDP e este é o EPDP. Então temos de cumprir as normas da GNSO e há o risco de ficar por fora. Pelo que é a dinâmica e a participação dessas pessoas que apoiaram de forma material o trabalho e o pessoal do GAC não contribuíram com material algum. Esse tema é muito importante para o GAC. Não devemos vê-lo como um problema dos governos, mas como um problema dos povos desses países. Não é que o governo queira fazer isso ou aquilo, estamos aqui falando dos povos. Não sei se existe alguma outra possibilidade de trabalho. A representação diz 1, 2, 3, mas eu não sei se vai funcionar porque esse ponto 1 ou 3 podem, com neutralidade, manifestar a sua forma de pensar, mas não aquilo que pensa o GAC. Então eu acho que o GAC deve adotar diferentes procedimentos. Eu proponho isso: que o GAC estabeleça um Grupo de Trabalho online para consultar entre si e, depois de ter uma opinião acordada pelos povos : acho que o mínimo tem de ser de três, não de um representante:, e depois enviar essa síntese e que exista um compromisso de participação, pois já tivemos experiências amargas quando falamos da área de trabalho 5 há vinte pessoas que estão registradas, mas são dois

ou três os que participam de verdade. Precisamos de um compromisso de participação, pois é muito importante. Nós não queremos sair desse processo de PDP ou PDP da GNSO, mas precisamos ter chances reais de manifestar nossas opiniões. E eu digo em igualdade de condições, pois é muito importante. Não é que devemos esquecer que é uma sessão do GAC, não, é algo que tem a ver com a segurança, com a privacidade, com a confidencialidade, com a aplicação da lei, ou seja, é prioridade número um para todos os países. Deixo então às autoridades essa questão. Eu sugiro que devemos ter um Grupo de Trabalho online ou algo similar para que possamos consultar e reunir as ideias e, através desses representantes que escolheu o GAC, comunicar a decisão ao grupo para que eles se comprometam e não para que comuniquem algo que não foi acordado pelo grupo. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigada, Kavouss. Passo a palavra aos Estados Unidos. Temos apenas um minuto e ainda temos dois slides. Passo a palavra. Enquanto isso, podemos passar ao slide 16.

EUA:

Muito obrigado. Queria mencionar que eu posso entender e respeitar a preocupação da necessidade de avançar de forma rápida no caso desse PDP, mas compartilho da preocupação do

colega do Irã. Da nossa perspectiva é de que quem vai perder aqui nesse PDP será o usuário. Eu acho que nos corresponde levar em conta a representação da perspectiva dos usuários porque está no centro do ponto de vista da preocupação com o acesso. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL: Muito obrigada, EUA. Passo a palavra à Indonésia.

INDONÉSIA: Uma pergunta simples para a Cathrin. Minha pergunta tem a ver com o GDPR. Há alguma decisão do tribunal alemão sobre o caso da [epagri?] na Alemanha?

CATHRIN BAUER BULST: Sim, esse caso está nos tribunais de [incompreensível] e o que eu posso dizer que há uma medida cautelar temporária que pode ser apresentada para que o registrador continue coletando os dados completos e que foi pedida uma reconsideração do indeferimento dessa medida cautelar e o tribunal disse que iria fazer uma revisão completa da sua primeira decisão sobre o indeferimento da cautelar. Isso é o que está por enquanto em andamento. Há duas seções a mais para o GDPR, vamos então falar desse tema. Eu proponho que continuemos avançando

com esse tema e eu vou com prazer contar mais detalhes sobre esse outro tema em outro momento.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigada, Cathrin. Sim, sem dúvidas, quando convidar a ICANN para apresentar o modelo de acesso unificado podemos pedir também que nos deem uma atualização sobre esse tema que apresentou a Indonésia. Enquanto isso, quero mencionar que temos outra sessão que começa agora. Já disponibilizamos as perguntas através de e-mail à lista de distribuição do GAC e essas são as perguntas que destacamos aqui e que pode ser do interesse ou de interesse particular para o GAC. Com respeito às propostas sobre especificação temporária, o que deve ser corrigido e quais são os temas de natureza prática que encontramos, essas são as perguntas para essa sessão. Precisamos de orientações do GAC para a participação nessas sessões.

Passemos ao último slide e, se me permitem, propor o seguinte. Amanhã nossa posição era começar 08:30 com um recesso ou com um bloco de 15 minutos para fazer uma resenha geral da agenda. Eu vou tentar fazer isso hoje à tarde e deixar esses 15 minutos para falar do GDPR amanhã. Depois teremos 1 hora para falar de GDPR, dos quais, a última meia hora desse bloco de horário estava destinada para a apresentação de um modelo

de parte ... daqueles que tem de comunicar. Então eu sugiro fazer 45 minutos de manhã para continuar a discussão sobre essas perguntas para as sessões intercomunitárias, mas, se tem alguma outra idéia, por favor, podem apresentar.

Cathrin, por favor, pode continuar.

CATHRIN BAUER BULST: Sem demorar muito nesse tema, gostaria de reiterar que essas perguntas que compartilhamos os senhores são, não para discutir aqui, mas para que os senhores levem em conta como contribuição que podem ser úteis para as deliberações da semana, para que possam ir pensando. Quero mencionar também uma sessão que não aparece de forma correta no meu programa do GAC. Hoje às 17:00 vamos ter a primeira sessão intercomunitária que será a sessão de introdução para a equipe de redação da carta orgânica do EPDP. Isso representa uma mudança na agenda. Originalmente estava destinado à equipe de revisão do RDS. Agora temos essa sessão para discutir esses temas. Isso vai acontecer hoje às 17:00. Será um encontro chave para que os senhores participem e deem suas opiniões para que elas sejam escutadas. Vão existir outras sessões, mas isso depois da discussão de amanhã. Vejo também que alguns tiram fotos dos slides. Vamos disponibilizar esses slides por e-mail para que os senhores possam revisar e também estarão disponíveis no

novo website do GAC. Também divulgamos o novo website do GAC a respeito desse material e de outro material que está disponível ali.

MANAL ISMAIL:

Muito obrigada. Permita-me reiterar a importância dessa sessão que vai ser realizada hoje às 17:00 aqui nesta sala. Por favor, controlem sua presença para dar suas opiniões sobre esse aspecto a respeito do EPDP. Há algum outro comentário? Cathrin, Lauren? Caso contrário concluímos essa sessão. Espero que possamos continuar esse debate. Por favor, levem em conta essas perguntas e amanhã talvez possam dar alguma opinião. Amanhã vamos começar às 08:30 e vamos dedicar 45 minutos à discussão do GAC e depois 30 minutos para falar da descrição da proposta do IPNBC.

Vamos agora passar aos preparativos...